

XVII SIMPÓSIO NACIONAL DA ABHR

II SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS DA RELIGIÃO DA UEG



ÉTICAS E RELIGIÕES EM TEMPOS DE CRISE - NOV. 2021



A ESCOLA PLURAL COMO PILAR DA DEMOCRACIA: a contribuição do ensino religioso

Flávio Cavalcante Veiga¹
Fábio Henrique S. de L. Lau²
Karine Nascimento Silva³

Introdução

A pandemia da Covid-19 escancarou a tragédia social vivida pela imensa maioria das populações no Brasil e no mundo, acarretada pelo próprio jogo de poder das elites econômicas e projetos políticos elitistas de cunho ultraconservador e ultraliberal em curso. O cenário nebuloso que a democracia brasileira atravessa atualmente, com graves crises de âmbitos político, econômico, social, sanitário, agravado pela ideologia neoliberal, que fragiliza ainda mais as políticas públicas e reduz o papel do Estado em inúmeras áreas como a saúde, a assistência social e a educação. Essa última, além dos cortes orçamentários, passa a ser também um campo em disputa com viés ideológico conservador e que coloca a moral cristã como agenda de um projeto político em voga no Brasil.

Esse projeto de nação, de viés ultraconservador, amparado na moral judaico-cristã encontra na educação um campo fértil para a implementação de sua ideologia. Assim, educação e religião se entrecruzam cada vez mais no espaço público na sociedade brasileira, o que possibilita destacar a pertinência de estudos e investigações

¹Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências da Religião pela UNICAP. Professor de História da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas. Contato: flavioc.veiga@hotmail.com;

²Doutorando no Programa de Pós-graduação Ciências da Religião pela UNICAP. Professor de Artes da Educação Básica, Técnica e Tecnológica do Instituto Federal de Alagoas. Contato: salleslau@yahoo.com.br;

³ Doutoranda no Programa de Difusão do Conhecimento pela UFBA. Pedagoga – Professora da rede pública, formadora dos professores na educação básica pela UNDIME/BA. Contato: karinensilva@hotmail.com.

sobre essa temática, numa perspectiva crítica sobre o papel da educação e do Ensino Religioso na formação de sujeitos/as plurais imbuídos/as do apreço à democracia e comprometidos/as com uma sociedade socialmente justa e fraterna.

Verifica-se a importância de refletirmos acerca do papel da educação para a construção de uma cidadania crítica, participativa e comprometida com valores civilizatórios. Nesse horizonte, um marco importante é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB de 1996 e suas reformulações seguintes, de modo particular, como repercutiu para o Ensino Religioso - ER no Brasil, amparado nos normativos que se seguiram nas duas últimas décadas, reforçado pela BNCC em 2017. A LDB 9.394/96 contemplou uma série de questões relevantes, como a redefinição dos fundamentos pedagógicos que passaram a considerar a autonomia do professor e das instituições de ensino, o disciplinamento do financiamento da educação pública e principalmente uma concepção de educação que considera as múltiplas identidades culturais, religiosas, as particularidades locais e as realidades sociais. Nesse quesito, destacasse a reformulação da LDB em 1997, no artigo 33 que preconiza “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo”.

Assim, o processo de ensino e aprendizagem passa a considerar abordagens conceituais de uma pedagogia que leva em consideração as múltiplas realidades dos indivíduos e do mundo ao seu redor e estratégias didáticas mais adequadas, no intuito de atender as demandas de uma sociedade diversa e com graves índices socioeducacionais, que revelam as dívidas históricas do país e que precisam ser superadas.

No tecido social brasileiro, vale observar que os números de intolerância religiosa e discursos de ódio têm aumentado significativamente. Segundo dados do Disque 100, canal de direitos humanos ligado à Presidência da República, e que foi acessados pela Revista Gênero e Número⁴ e pelo DataLabe, 59% do total de casos registrados de 2011 a junho de 2018 eram referentes a religiões como a umbanda e o candomblé; 20% a religiões evangélicas; 11% a espíritas; 8% a católicos; e 2% a ateus. Esses dados apontam para a necessidade de uma maior articulação entre os

⁴ Terreiros na mira: Centralizadas no poder espiritual da mulher, religiões de matriz africana são alvo preferencial da intolerância religiosa no Brasil. Disponível em <https://www.generonumero.m generonumero.media/terreiros-na-mira>. Matéria publicada em 05 de junho de 2019.

componentes curriculares integrantes das áreas de conhecimento, inclusive o ER, como também toda a sociedade civil e o Governo para o enfrentamento ao racismo religioso.

[...] ao longo das duas últimas décadas, assistimos a reemergência da extrema-direita política aliada ao reacionarismo religioso cristão e ao neoliberalismo financeiro, que coloca enormes ameaças ao ensino público, incluindo à frágil laicidade do ensino religioso. Não obstante os vaivéns da laicidade à brasileira, as práticas de ER ocorrem desde seu retorno à escola pública, constituindo-se em um campo de uma disputa acirrada entre as religiões instituídas: o catolicismo, os evangélicos, pentecostais e neopentecostais, e os grupamentos com menor poder de influência, como os grupos afro-brasileiros e sua brava luta por reconhecimento e respeito às suas tradições religiosas. (SILVEIRA, p.12, 2021)

Alguns estudiosos foram relevantes para nossas reflexões na construção deste texto, recorremos a Castels, (2018), sociólogo que discute acerca do colapso da democracia representativa e os seus contornos na atualidade frente à crise estrutural do capitalismo; em seguida Lacerda (2019) reflete o novo conservadorismo brasileiro e sua agenda ultraconservadora nos costumes e ultraliberal na economia, inspirada e alinhada com a direita norte americana; com Py (2020; 2021) busca-se entender as estreitas relações entre religião e política a partir da agenda autoritária e negacionista do Governo Bolsonaro; prosseguimos com os postulados teóricos de estudiosos da educação Freire (1996), um dos mais respeitados pensadores do século XX que defende a pedagogia da autonomia, que considera os saberes prévios e plurais dos indivíduos; Saviani (2005), com a pedagogia histórico-crítica onde conclama uma formação crítica para cidadania; Frigotto (2017), que aponta as contradições do movimento “escola sem partido” que visa à neutralidade do professor na Escola; Duarte (2018), que reflete sobre o currículo escolar em tempos do obscurantismo; e Passos (2011), que discute o ensino religioso e seus desdobramentos na sociedade. Entre as fontes de pesquisa, destacam-se o Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER, entidades de educação da sociedade civil organizada e reportagens da imprensa nacional.

Os desafios da educação e do ensino religioso numa perspectiva democrática

Os desafios que as democracias ocidentais atravessam atualmente, de modo particular, a realidade do Brasil, com o crescimento de movimentos e partidos políticos de extrema direita com viés neofacista, em face das contradições econômicas de um projeto liberal que beneficia uma minoria e produz diversas crises: política, econômica,

social, climática, civilizatória, têm colocado a religião como cortina de fumaça, porém com reais intenções de um modelo econômico ultraliberal e político ultraconservador.

[...]Existe, porém, uma crise ainda mais profunda, que tem consequências devastadoras sobre a (in)capacidade de lidar com as múltiplas crises que envenenam nossas vidas: a ruptura da relação entre governantes e governados. A desconfiança nas instituições, em quase todo o mundo, deslegitima a representação política e, portanto, nos deixa órfãos de um abrigo que nos proteja em nome do interesse comum. Não é uma questão de opções políticas, de direita ou esquerda. A ruptura é mais profunda, tanto em nível emocional quanto cognitivo (CASTELLS, 2018, p. 5).

No caso brasileiro, a chegada da extrema direita ao poder representada na figura de Jair Bolsonaro, nas eleições de 2018, teve, sem dúvidas, a religião como um elemento político importante. A agenda política conservadora da extrema direita populista se utiliza da religião para o seu projeto de poder.

É nessa guerra pelo Deus cristão que Bolsonaro alimenta a base do governo autoritário ao reforçar sua gestão do ideário maniqueísta. Ao se assumir como presidente dos cristãos, simplifica os conflitos políticos, que passam a se dar em embates entre bem versus mal. Neste arranjo, a guerra dos Deuses se traveste na luta entre aqueles que representam o mal, em uma alegoria caricatural dos “comunistas” ou dos “petistas”, e entre aqueles também alegoricamente expressos como cidadãos de bem (PY, 2020a, p. 25).

Conforme afirma Fábio Py (2020a), essa trajetória política da extrema direita tem sustentação numa teologia autoritária, por meio de uma agenda pública que explora a moral cristã, os valores patriarcais, a família tradicional e o sufocamento das minorias e maiorias invisibilizadas. Dessa forma, prossegue-se à execução do projeto neoliberal com a diminuição do papel do Estado, consequentemente a fragilização e a negação dos direitos humanos e das políticas sociais (PY, 2020b; PY, 2021).

A nova direita é aquela em torno da família tradicional, do anticomunismo e do militarismo; e de valores de mercado, nesse aspecto com várias nuances. Diferente de outras articulações conservadoras, o eixo de gravidade do neoconservadorismo norte-americano – e do novo conservadorismo brasileiro – é a atuação da direita cristã baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda ordem de disfunções sociais. Outro diferencial é uma dinâmica específica de reação. Quando os movimentos feministas e LGBT ganharam espaço na sociedade e chegaram a ter algumas demandas institucionalizadas, a reação a essas pautas, justificada na defesa da família tradicional, passaria ser o eixo dessa ação política cada vez mais radicalizada. Isso nos Estados Unidos há quarenta anos e contemporaneamente no Brasil (LACERDA, 2019, p. 17-18).

A escola, como microcosmo de representação dessa sociedade sofre com essa modelização de Estado neoliberal, que encontra na educação espaço privilegiado para domesticar as mentes dos estudantes. Nesse sentido, assumem grande relevância os estudos, reflexões e debates acerca do papel da educação e de uma pedagogia crítica

na formação de indivíduos comprometidos com o diálogo, o respeito à diversidade religiosa e a tolerância com o diferente, sobretudo imbuídos do apreço à Democracia.

Dessa forma, cabe destacar a importância da compreensão do papel estratégico da Escola, de uma educação plural, de uma ética intelectual e científica, do ensino religioso laico, que fomente os valores democráticos, de uma concepção pedagógica da diversidade religiosa, em suma, das possibilidades de uma formação para cidadania, em detrimento de uma sociedade do senso comum, alijada de compromissos éticos e democráticos, por conseguinte da fragilidade das instituições do Estado, onde o Governo atual de perfil autoritário, elege a moral judaico-cristã e se utiliza da religião como pauta política de uma agenda antipovo, antidemocrática, ultraliberal e ultraconservadora.

Um dos maiores estudiosos da educação brasileira, o professor Dermeval Saviani, defende a importância de uma escola autônoma e democrática como condição para uma formação educacional do indivíduo para o exercício da sua cidadania. O estudioso afirma que, no bojo de um projeto político-pedagógico das instituições de ensino, se faz necessária uma pedagogia histórico-crítica que seja capaz de analisar e fazer o estudante compreender a realidade ao seu redor.

O pesquisador analisa criticamente a escola e processo de formação educacional. Para ele, “afirmar que a educação é mediação significa admitir que o que se passa em seu interior não se explica por si mesmo, mas ganha este ou aquele sentido, produz este ou aquele efeito social dependendo das forças sociais que nela atuam e com as quais ela se vincula” (1999, p. 45).

Em detrimento dessa atmosfera autoritária, faz-se necessária uma Escola para a cidadania, assim afirma Paulo Freire (1996), que sentencia que o objetivo da educação é a emancipação dos homens e das mulheres, com base no livre exercício da leitura de mundo, de forma que cada pessoa tenha condições concretas de construir, com liberdade de escolhas, a sua própria história. Ela ocorre em diferentes espaços da vida cotidiana.

A construção ou a produção do conhecimento do objeto implica o exercício da curiosidade, sua capacidade crítica de “tomar distância” do objeto, de observá-lo, delimitá-lo, cindi-lo, de “cercar” o objeto ou fazer sua aproximação metódica, sua capacidade de comparar, de perguntar. [...] o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções do objeto ou do achado de sua razão de ser (FREIRE, 1996, p. 85-88).

A Escola, por ser um espaço por excelência de produção de saberes e formação para cidadania, entre os diversos campos do conhecimento, as humanidades e, em particular, ensino religioso, constitui-se também num terreno fértil no fortalecimento da Democracia, da tolerância religiosa, na convivência pacífica com o diferente, na constituição de mentalidades comprometidas com a alteridade e com a justiça social, ou, do contrário, uma sociedade pautada por valores ultraconservadores e autoritários sob o guarda chuva de uma determinada corrente religiosa.

O ER, à luz da LDB de 1997 e reforçado pela BNCC de 2017, passa por uma reconfiguração significativa e que tem como desafio uma formação educacional pautada no ensino laico, numa concepção democrática da cidadania, e o maior desafio é assegurar saberes ancorado na pluralidade de crenças, e num compromisso ético de convivência e respeito mútuo nas diferentes identidades culturais e pertencas religiosas, com vistas a uma cultura de paz, do diálogo inter-religioso e de uma sociedade socialmente justa, comprometida com a preservação da vida.

O ER laico é delineado na medida em que sua base epistemológica e profissional vai sendo consolidada “por processos externos de legitimação, para os quais concorrem forças e consensos políticos” (PASSOS, 2011, p. 109). Nessa construção, cabe destacar o papel do Fórum Nacional Permanente do Ensino Religioso – FONAPER, sendo este coletivo um importante ator de representação da sociedade civil que envolve professores da educação básica, acadêmicos, religiosos, comprometidos com uma educação plural, com a tolerância religiosa e com Democracia.

Segundo Passos, o modelo mais indicado para a formação do/a professor/a do ER é o das Ciências da Religião; contudo, é preciso considerar as dificuldades na formação desses/as professores/as e na estruturação dos modelos políticos em nível superior. Por tudo isso, atentar-se a “três pressupostos de ER, dois a serem superados nas práticas escolares, o da fé e da religiosidade, e um último a ser construído, o da educação do cidadão” (2011, p. 133).

Justifica-se o intento dos/as defensores/as do ER ao afirmarem a necessidade de um lugar no currículo escolar. Para Passos (2011, p. 41): “educar é conduzir pelos caminhos do conhecimento na busca da autonomia intelectual e política. Portanto, ciência, ensino-aprendizagem e cidadania formam o tripé de toda ação educativa, isso traduzido em ação social”.

O professor Frigotto (2017, p. 72) destaca que, para o compromisso com a formação ampla e duradoura dos homens e mulheres, em suas amplas capacidades, a ideia de práxis como referência às ações formativas e a teoria e prática educativa constituam o núcleo articulador da formação profissional, sendo essa teoria sempre revigoradas pela prática educativa; a prática educacional sendo ponto de partida e de chegada; a ação docente se revelando na prática concreta da realidade social.

Frigotto (2017, p. 31) destaca que, “a função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar”. É o ato de educar, como mediação complexa da formação humana, que é alvo do conservadorismo das elites econômicas, de grupos políticos, líderes religiosos. O Escola Sem Partido trata-se de um projeto político dos conservadores, que através dos costumes atende aos ideais da agenda neoliberal.

Sobre os desafios da Escola pública e do ensino religioso laico, o antropólogo Emerson Sena afirma:

A partir da forte e crescente atuação de movimentos religiosos exclusivistas, em especial cristãos, que não são novas, perfazem ondas sucessivas de ataque à laicidade e a escola pública, ao menos de tomarmos a história brasileira após a Ditadura Militar (1964-1985), nascem iniciativas contra-laicas junto aos poderes republicanos: o movimento *Escola sem Partido*, o movimento *Homeschooling* e o movimento de militarização. Ambos estão sob o abrigo dos grupos religiosos cristãos reacionários, evangélicos principalmente, mas com forte apoio católico conservador e desfiguram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e os princípios de escola justa e socialmente inclusiva (BRASIL, 1988). (SILVEIRA, p.14, 2021)

E que, por isso mesmo, ações como o Projeto Escola Sem Partido, que comprometem a liberdade de cátedra dos/as docentes e se apresentam como uma aparente proposta pedagógica da neutralidade dos indivíduos, numa compreensão do senso-comum em que não se discutem política e religião, na prática se revelam projetos de alienação conservadora e neoliberal, que vão de encontro ao modelo de uma escola plural, cidadã e democrática.

Considerações finais

O ER, com base em sua nova epistemologia, constitui componente de um projeto de educação, pautado na racionalidade científica e civilizacional, sustentado em razões pedagógicas e cognitivas, com base nos pressupostos científicos de um método dialógico, superando o método catequético.

Cabe à escola e à toda a comunidade escolar desenvolver uma práxis educacional que reconheça e respeite o direito à liberdade de consciência, de crença e de não crença de todo indivíduo. Nesta proposição epistemológica, esse componente curricular abriga o potencial de produção de conhecimento, assim como qualquer outra disciplina e/ou em articulação interdisciplinar com as demais.

Nesse horizonte, o ER tem possibilidades de promover uma formação plural e laica, estando ancorado para além da legislação supracitada em concepções teóricas pluralistas que refletem as mais diversas experiências religiosas e encontram no guarda-chuva das Ciências da Religião um conjunto de aportes teóricos relevantes.

Contudo, cabe destacar que ações de mediações e de encontros inter-religiosos, geralmente, são construídas majoritariamente por representantes de segmentos cristãos, que acabam imprimindo uma coleção de ideias muito particular de seus segmentos religiosos, deixando em segundo plano, por exemplo, as experiências religiosas e cosmovisões dos povos indígenas e de matriz africana, tema instigante para o desdobramento de novas pesquisas.

Não menos relevante o papel das instituições de ensino e dos seus responsáveis, no que se refere ao compromisso inadiável de um conjunto de ações numa perspectiva transdisciplinar que é a formação continuada dos professores e conseqüentemente um processo de ensino e aprendizagem capaz de lidar com o fenômeno religioso sem proselitismo e sem confessionalidade, enfatizando, sobretudo, o respeito à diversidade cultural e religiosa brasileira, imbuídos dos valores democráticos.

Para os ultraconservadores, a educação é o melhor meio de adstração política, moral e religiosa. Ações como a militarização das escolas, o *Home Schooling* e projetos como o “Escola sem Partido” são orquestrados com um objetivo bem definido, que é o de ampliar o alcance da mensagem ultraconservadora e moldar a sociedade a esses interesses, formando gerações alienadas e subservientes ao *status quo*, comprometendo a formação dos estudantes e proibindo os educadores do livre exercício de cátedra, privilegiando a disciplina em detrimento da pedagogia.

Buscou-se compreender o papel da Educação, do Ensino Religioso laico e da escola pública como pilares da Democracia, na construção de mentalidades críticas, que promovam uma cultura de paz, o respeito a todo tipo de crença e não crença, o

combate à intolerância religiosa e ao racismo religioso, a luta por justiça social e a defesa da dignidade humana.

REFERÊNCIAS:

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: A Crise da Democracia Liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

DUARTE, Newton. O currículo em tempos de obscurantismo beligerante. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p. 139-145, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre-RS: Zouk, 2019.

PASSOS, João Décio. Epistemologia do Ensino Religioso: a inconveniência política de uma área do conhecimento. **Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura**. Ano VII, n 34 – abr/mai/jun 2011.

PY, Fábio. **Pandemia Cristofascista**. Ebook. Editora Recriar. 2020a.

PY, Fábio. Bolsonaro’s Brazilian Christofascism during the Easter period plagued by Covid-19. **International Journal of Latin American Religions**, v. 4, 2020b, p. 318-334.

PY, Fábio. Padre Paulo Ricardo: trajetória política digital recente do agente ultracatólico do cristofascismo brasileiro. **Tempo e Argumento**, v. 13, 2021, p. 202-259.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. 33.^a ed. revisada. Campinas: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11.ed.rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVEIRA, Emerson Sena da; JÚNIOR, Manoel Ribeiro de Moraes. **Religião e espaço público no Brasil**. Discussões Teóricas e investigações empíricas. São Paulo: Fontes Editorial, 2015.

SILVEIRA, Emerson Sena. Estado laico, ensino religioso e intolerância: os desafios da educação pública. Montes Claros/MG: **Revista PGGE Educação, Escolas e Sociedade**/UNIMONTES. (v. 14, n.16, p. 1-25) 2021.